Algar	POLÍTICA DE ALÇADAS Algar Farming	
Políticas	Data de Criação/Alteração: 01/01/2023	Versão: 02
Conselho de Administração	Criado/Alterado por: Gustavo Matsumoto	Validade: indeterminada

### 1. OBJETIVO

- 1.1. Apresentar as regras de alçadas para aprovações da Algar Farming S/A e ABC Agropecuária Brasil Norte S/A - Produção e Exportação ("Algar Farming"), pontuando as responsabilidades.
- 1.2. Esta Política deve ser considerada em conjunto com o Código de Conduta Algar, Estatuto Social, Documentos Normativos, corporativos ou não, e a legislação aplicável, que em conjunto, norteiam as e alçadas adotadas na Algar Farming.

## 2. PRINCÍPIO CÓDIGO DE CONDUTA ALGAR

2.1. Esta Política regula o Princípio Integridade previsto no Código de Conduta Algar.

### 3. REFERÊNCIAS

- 3.1. Código de Conduta Algar;
- 3.2. Estatuto Social da Algar Farming;
- 3.3. Política Corporativa de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;
- 3.4. Política Corporativa de Gestão de Consequências;
- 3.5. Política Corporativa de Finanças e Estratégia;
- 3.6. Política Corporativa Jurídica;
- 3.7. Norma Corporativa de Alienação de Ativos.

### 4. GENERALIDADES

- 4.1. Esta Política deve ser analisada em conjunto com o Estatuto Social da Algar Farming, para avaliação das competências dos órgãos de governança (Assembleia, Conselho de Administração da Algar S/A e Diretoria da Algar Farming) e eventuais alçadas não previstas neste documento.
- 4.2. Os limites de atuação desta Política devem ser cumpridos conjuntamente com as regras previstas no Código de Conduta Algar, Estatuto Social, eventuais acordos de acionistas, políticas, normas e instruções de trabalho, ou seja, não substituem as aprovações que porventura possam ser exigidas por outros normativos específicos.

Algar	POLÍTICA DE ALÇADAS Algar Farming	
Políticas	Data de Criação/Alteração: 01/01/2023	Versão: 02
Conselho de Administração	Criado/Alterado por: Gustavo Matsumoto	Validade: indeterminada

- 4.3. Esta Política é pautada em limites máximos estabelecidos aos cargos de gestão da empresa e seus órgãos deliberativos. Para os demais níveis internos, a Diretoria Estatutária da empresa definirá os limites de valores a serem delegados com obrigatoriedade de emissão de procurações. As procurações serão outorgadas no termo do Estatuto Social da Companhia.
- 4.4. Os limites de valores definidos neste documento referem-se aos valores constantes dos orçamentos aprovados, sendo que qualquer valor não previsto em orçamento deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Administração da Algar S/A.
- 4.5. As aprovações devem ser obrigatoriamente vinculadas às respectivas áreas de competência (originadores/responsáveis) da demanda, não podendo ser aceitas aprovações por responsáveis de áreas distintas às envolvidas. Na eventual impossibilidade de uma determinada aprovação por parte do titular da responsabilidade, de seu substituto formal, ou procurador, independente do motivo, a aprovação deverá ser do superior hierárquico do titular da responsabilidade.
- 4.6. Esta Política não é capaz de abranger todas as situações encontradas na prática, consequentemente, não substitui a responsabilidade de julgamento por parte dos envolvidos e a consulta aos órgãos de governança, área jurídica, de compliance e/ou qualquer outra área que possa direcionar a melhor decisão, observada a hierarquia em relação a aprovações e conduta adequada no dia a dia.
- 4.7. É de responsabilidade de todos os associados que possuem limites de aprovação previstos neste instrumento informar à Diretoria Estatutária da Algar Farming e/ou ao Conselho de Administração da Algar S/A, conforme hierarquia aplicável, bem como à Diretoria Corporativa da Algar S/A, atos e fatos que saiam ou potencialmente possam sair do curso normal dos negócios, das atividades e de suas obrigações que possam colocar em risco o patrimônio ou a reputação da marca Algar Farming, imagem do Grupo Algar, ou impactar de forma relevante outras empresas do Grupo Algar e/ou colocar em riscos os princípios do Código de Conduta Algar.



- 4.7.1. Caso a Diretoria Corporativa da Algar S/A entenda que o ato ou fato afeta a reputação ou credibilidade do Grupo Algar, deverá tomar todas as ações mitigadoras e informar ao Conselho de Administração.
- 4.8. Não é permitida: (i) autoaprovação; (ii) aprovação de atos e despesas que se revertam em benefício de uso próprio do aprovador; (iii) aprovação conjunta por parentes consanguíneos ou por afinidade. Em todas estas situações, deve-se submeter à aprovação superior. Quando a aprovação envolver o Diretor Presidente, deverá haver aprovação pelo Diretor Financeiro, observados os limites de alçadas deste cargo.
- 4.9. É responsabilidade de todos os membros da alta administração, executivos e associados, obedecer às disposições da presente Política. A não observância poderá impactar a Algar Farming, expondo-a a riscos financeiros, societários, regulatórios, reputacionais, dentre outros. Os casos de não observância das disposições previstas na presente Política serão submetidos às medidas da Política Corporativa de Gestão de Consequências.

# 5. ALÇADAS PARA APROVAÇÃO

Aplicam-se as deliberações e contratações da diretoria da Algar Farming os valores e critérios abaixo definidos:

### 5.1. Limites de alçadas

Nível	Farming		
MIVEI	Geral	Insumos	
Conselho Administração	Acima	Acima	
Redir Empresa	20.000.000	40.000.000	
Diretor Presidente	5.000.000	10.000.000	
Diretor Estatutário	500.000	1.000.000	
Gerente	50.000	100.000	

Nota 1: Os limites acima definidos referem-se ao valor de face contratado, independente de encargos, juros ou correções.



- 5.2. A inclusão na ordem do dia para deliberação do Conselho de Administração da Algar S/A, conforme indicado no Item 5.1, deverá ser previamente analisada e aprovada pelo Presidente do Conselho de Administração.
- 5.3. As alçadas definidas no Item 5.1 devem compreender os contratos acumulados por prestador de serviços ou escopo, caso tenha sido realizada divisão da contratação em mais de um instrumento ou partes contratantes (fracionamento).
- 5.4. Os pagamentos ou liberações de multas, encargos contratuais ou concessão de desconto aos clientes ou fornecedores da Algar Farming, poderão ser aprovados até o limite de 10% da alçada prevista no Item 5.1 e desde que limitado a 10% do valor do contrato. Aprovações superiores a R\$ 300 mil deverão ser reportadas ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.
- 5.5. Alienação de imóveis deve ter aprovação do Conselho de Administração da Algar S/A ou constar de maneira detalhada no orçamento anual aprovado da Algar Farming, conforme procedimentos previstos na Norma Corporativa de Alienação de Ativos.
- 5.6. Para assunção de riscos financeiros ou com impacto financeiro acima de 10% da alçada definida no Item 5.1, deverá submeter à aprovação da instância superior.
- 5.7. As transações com partes relacionadas devem seguir as determinações da Política Corporativa de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses.

### 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. As matérias a serem submetidas ao Conselho de Administração da Algar S/A deverão ser previamente validadas pela Diretoria Corporativa da Algar S/A.
- 6.2. Caso seja verificada incompatibilidade entre este documento, os Estatutos Sociais, eventuais cordos de Acionistas ou a Legislação aplicável, estes prevalecerão sobre a Política, devendo esta ser alterada no que for necessário.



- 6.3. Omissões ou dúvidas de interpretação desta Política serão submetidos à Diretoria Estatutária da Algar Farming.
- 6.4. Independente dos limites de alçadas e regras estabelecidos nesta Política, caso o associado identifique que determinada aprovação necessite de discussões e/ou avaliações estratégicas, necessário se faz pautar o tema na Diretoria Corporativa da Algar S/A para avaliação do fluxo de aprovações pertinentes ao caso.
- 6.5. O presente documento e suas atualizações entram em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração da Algar S/A.

## 7. HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Aprovador	Data	Alterações
01	Conselho de Administração da Algar S/A	Março/2020	Retirada do nível do CEO Holding
02	Conselho de Administração da Algar S/A	19/12/2022	Revisão Projeto Coliseu  Retirada da duplicidade dos itens constantes no Estatuto  Alteração dos valores dos limites

